

Herança colonial, condição periférica e utopia ilustrada em *A América Latina: males de origem*, de Manoel Bomfim (1905)

Colonial heritage, peripheral condition and pictured utopia in *A América Latina: males de origem*, by Manoel Bomfim (1905)

Piero di Cristo Carvalho Detoni

Doutorando em História
Universidade de São Paulo
pierodetoni@gmail.com

Recebido em: 05/10/2020

Aprovado em: 16/11/2020

Resumo: O presente trabalho evidencia os principais eixos argumentativos que estruturam a obra *A América Latina: males de origem*, publicada pelo médico e educador sergipano Manoel Bomfim no ano de 1905. Após visualizarmos que os “males de origem” dos países sul-americanos não são inatos, mas constituídos historicamente através do parasitismo social, destacamos o objetivo de Bomfim em inseri-los no cosmopolitismo periférico, em que a ideia de civilização aparece como diretora no concerto das nações. O processo civilizador ao qual Bomfim quer submeter o Brasil e as Repúblicas vizinhas é de matriz iluminista. É esta mesma matriz civilizacional, iluminista, que guia o intelectual no caminho para a redenção dos “problemas americanos”, qual seja, a educação ilustrada.

Palavras-chave: Parasitismo social; Condição periférica, Educação

Abstract: The present work highlights the main argumentative bases that structure the book *A América Latina: males de origem*, published by the doctor and educator Sergipe native Manoel Bomfim in 1905. After seeing that the “evils of origin” of South American countries do not they are innate, but historically constituted through social parasitism, we highlight Bomfim's objective in inserting them in peripheral cosmopolitanism, in which the idea of civilization appears as a director in the concert of nations. The civilizing process that Bomfim wants to subject Brazil and the neighboring Republics to is an enlightened one. It is this same civilizational, enlightenment matrix that guides the intellectual on the path to the redemption of “American issues”, that is, the illustrated education.

Keywords: Social free riding; Peripheral condition; Education

A América Latina, as suas ideias e o seu autor

Manoel Bomfim pode ser considerado um propositor de ideias no interior da tradição historiográfica brasileira, dada a originalidade dos seus estudos e a sensibilidade da sua análise social. O intelectual inaugura, mesmo a sua obra tendo alcançado uma repercussão relativa em seu tempo, temáticas que são trabalhadas a partir da segunda metade do século XX, como no caso das teorias pós-coloniais ou da dependência. Ele prefigura, ainda, problemas que são tratados somente por autores tidos como clássicos da historiografia nacional dos anos 20 e 30, tais como Oliveira Viana, Paulo Prado, Gilberto Freyre, Caio Prado Jr., muito embora apenas Freyre o tenha citado de fato. Em muitos sentidos Bomfim imprime um registro crítico diante das principais linhas de discursividade que o enredam, o qual mobiliza em sua abordagem sobre o Brasil e a América Latina.

Wilson Martins nos revela que *A América Latina* é inspirada na *História da América* (1900), de Rocha Pombo. Isso é perceptível através da proximidade que as obras possuem no que tange à economia do texto que realça o diagnóstico histórico acerca do continente americano e pelo fato de Bomfim ser o relator, deixando claro os efeitos que aquela leitura proporciona em seu espírito, do concurso promovido pela *Diretoria Geral de Instrução* do Rio de Janeiro para a escolha de um livro que verse sobre a história da América. A conclusão a que ambos chegam é que os males que assolam o país são decorrentes do passado histórico colonial brasileiro. A inovação no livro de Bomfim reside na utilização sistemática da teoria social do parasitismo. Se os intelectuais da época, desde o “bando de ideias novas” de que nos fala Silvio Romero, aludem que são leitores das mais avançadas teorias sociais elaboradas até aquele contexto, é certo que jamais alguém se apropria do cientificismo, assegura Martins, com tamanho empenho no estudo dos fenômenos sociais em perspectiva histórica como Bomfim. Muito embora o seu ideário de leitura apresente-se singular em vista da maioria dos seus contemporâneos, ocorrendo um distanciamento, pela via da apropriação criativa, de certo “evolucionismo ingênuo”. O conhecido parecer sobre a indolência sul-americana e as suas revoluções armadas intermináveis, as máculas do sistema escravista entre nós, o atraso da instrução pública, o conservantismo político, são males de origem herdados historicamente através da dinâmica do parasitismo que as antigas Metrôpoles ibéricas exercem sobre as ex-Colônias americanas. Com a Independência as novas classes dirigentes substituem as antigas Metrôpoles na função de parasitar o organismo social local (MARTINS, 1978, p. 274).

Roberto Ventura (2001, p. 338) assinala que Manoel Bomfim é um dos pensadores mais profícuos do Brasil. Se os intelectuais da época em que o médico e educador sergipano escreve tendem a culpabilizar as “raças” ditas inferiores, as populações “mestiças” ou o meio tropical pelo atraso do país, Bomfim parte de uma ideia que enfatiza o valor social e cultural em suas explicações, discutindo que o verdadeiro motivo do atraso ocorre em razão da exploração das Colônias pelas Metrôpoles e dos escravos e trabalhadores pelos senhores e pelos proprietários. Além de atacar o imperialismo norte-americano, Bomfim revela, em *A América Latina*, uma consciência continental, dado que ele não fala apenas como brasileiro, mas como latino-americano, sobretudo, ao expor o posicionamento de uma região considerada espoliada e atrasada. A reflexão de Bomfim inscreve-se, para Ventura, no momento de consolidação das ideologias neocoloniais e de tentativa de tutela norte-americana sobre os países do sul da América, bem como se insere no âmago das primeiras recepções críticas da República no Brasil. O movimento ideológico imperialista capitaneado pelos EUA, aliado à instabilidade política e econômica da região, impulsiona Bomfim a propor interpretações que conjugam o âmbito nacional com o continental ao lado de homens como Joaquim Nabuco, Eduardo Prado, José Veríssimo, Oliveira Lima e Euclides da Cunha (VENTURA, 2001: 239). O seu livro de estreia pode, também, ser considerado uma reação à perspectiva negativa dos europeus sobre a América Latina, condenada à degeneração pelo fato de comportar em seus núcleos populacionais as supostas “raças inferiores” e misturadas, bem como por conta do clima insalubre ou em razão da hereditariedade psicossocial.

Manoel Bomfim escreve, “indignado, esse livro de protesto e denúncia contra a visão preconceituosa e interesseira que os europeus têm dos latino-americanos” (RIBEIRO, 2005: 13). Para Darcy Ribeiro (2005, p. 14), a principal contribuição do intelectual nordestino localiza-se na luta contra a dita inferioridade racial dos chamados “mestiços”. Ele advoga, também, contra aqueles agentes sociais que identificam os sul-americanos como “fastidiosos preguiçosos” indispostos à exploração progressiva das suas riquezas e, ainda, contra o suposto estado de degeneração destes como “povos tropicais luxuriosos”. A literatura considerada científica, até então produzida, acerca das causas do subdesenvolvimento das nações latino-americanas é cega para o seguinte: “o fato de que, por todo o mundo, o papel real do homem branco foi o de dizimador genocida de povos (...)”. Responsável por “queimar milhões de homens no trabalho escravo, como um carvão humano, para produzirem o que não consumiam. Foi o de aliená-los em suas almas, pela perda de suas culturas,

sem acesso à cultura dos colonizadores”. A originalidade do pensamento de Bomfim repousa no fato de que os “males de origem” não se relacionam com a população propriamente dita, mas, sim, com a ação dos projetos das classes dominantes que organizam o plano político-social sul-americano em proveito e em usufruto próprios, sem levar em consideração as condições populares. Segundo Ribeiro, o aspecto marcante do pensamento de Bomfim reside em sua “lusofobia”, isto é, na realização de uma crítica aos modos pelos quais se articula o colonialismo ibérico na América do Sul e as suas consequências junto as suas populações em um momento no qual ainda é bastante visível o elogio da colonização nas interpretações históricas disponíveis.

Em um país cujo peso maior das interpretações sobre si trazem o vezo do conservadorismo (CANDIDO, 2000), não nos parece estranho que as ideias de Manoel Bomfim, o mais “radical” pensador que o país produziu, tenham passado por um processo paulatino de esquecimento, ou até mesmo por um procedimento ativo e pensado de emudecimento (FILHO, 1979). Várias são as observações que o colocam na contramão dos principais paradigmas vigentes em sua época. É certo que ele faz parte da geração dos médicos chamados de “missionários do progresso”, responsáveis por “salvar” o país pela higiene e pela educação, porém as suas iniciativas destoam das vertentes hegemônicas. Ele recusa, como frisado, a vertente racialista de interpretação nacional. Defende as qualidades do “mestiço” já no começo do século XX. Possui uma visão antiamericanista no momento em que os EUA buscam a integração tutelada do continente. Ressalta a semelhança entre as ex-Colônias americanas. Cria uma teoria social, o parasitismo, cuja analogia entre o biológico e o social mostra-se como um problema conceitual em sua interpretação da América. Se mantém longe dos principais círculos acadêmicos, como o *IHGB* e a *ABL*. Quando é duramente confrontado por Sílvia Romero prefere o silêncio à polêmica. (OLIVEIRA, 2015: 79)

Mais alguns direcionamentos nesse sentido: engaja-se na educação tanto na prática quanto na teoria produzindo material intelectual e participando da burocracia estatal. Mas quando escreve o livro *Através do Brasil* (1910), juntamente com Olavo Bilac, fica à margem, obscurecido pela imagem do famoso poeta. Participa da criação e da direção da *Revista Tico-tico*, projeto editorial que demora para receber o merecido destaque intelectual. Sua obra pós anos 1920 não é lida pelos expoentes da inteligência nacional que se fixam no cânone historiográfico ou do pensamento político e social brasileiro, tendo em vista, por exemplo, a recepção de um Sérgio Buarque de Holanda ou de um Caio Prado Júnior, mas é lida, entre outros, por Azevedo Amaral, autor igualmente esquecido (por conta

da sua aproximação com o Estado Novo). É lido a apropriado por Raymundo Faoro, mas não recebe os devidos créditos da crítica. É contemporâneo e próximo de intelectuais de esquerda do início do século XX que objetivam a criação de uma *Universidade Popular* ligada ao *Partido Operário Independente*, tais como Evaristo de Moraes, Fábio Luz, Felisbello Freire, José Veríssimo, Pedro Couto e Rocha Pombo. Todavia, essa militância “socialista” em favor do povo e do proletariado, anterior a fundação do *PCB*, não é muito lembrada ou valorizada (OLIVEIRA, 2015: 791). Nadar contra a corrente possui as suas consequências. Não se acomodar entre os paradigmas intelectuais vigentes indica a cobrança de um alto preço. Tudo isso explica, de forma imperfeita, a recepção extemporânea da obra de Manoel Bomfim.

As reflexões do pensador sergipano não encontram, destacamos, ecos consistentes em sua época por constrangerem as ideologias majoritárias, a quem atribui a verdadeira responsabilidade no que concerne as nossas mazelas formativas. Elas são emudecidas, também, em razão da forma como o nosso autor se opôs aos sistemas de pensamento dominantes à época, isto é, o racismo científico, o evolucionismo clássico e o positivismo. Para o crítico Roberto Ventura (2001, p. 257), esta posição de Bomfim é a responsável pelo seu esquecimento até por volta da década de 1980: 1) mobiliza noções biológicas que caem em desuso nas humanidades na década de 1930, onde se verifica o predomínio dos modelos da antropologia, da sociologia (culturalistas) e da economia; 2) o seu ensaísmo histórico é aparentemente “ambíguo pela crítica e pelo emprego simultâneo de um enfoque biológico, a partir do qual propõe uma teoria da formação do Brasil e da América Latina, cujas sociedades e culturas teriam sido geradas pelos tenazes tentáculos do parasitismo ibérico”.

Candido (2000) também salienta alguns motivos para o esquecimento do “pensamento radical” de Manoel Bomfim no século passado. Para além de questões formais visíveis em seu texto, como o fato de não atrair o leitor por conta da sua prolixidade, do abuso de transcrições e de generalizações excessivas, com o seu método de analogias biológicas, superadas por outras correntes sociológicas, verifica-se que o seu ponto de vista político é percebido como, no mínimo, incômodo pelas ideologias dominantes daquele contexto. As suas ideias se constituem como as mais “radicais” do seu tempo. Sem símile nem antes nem depois. Nenhum intelectual é tão lúcido e tão avançado no diagnóstico que comporta os nossos “males de origem”, assegura Candido, o que leva a entrar em jogo a análise que faz sobre a persistência do colonialismo em nossa estrutura social de país

independente, a marginalização societária, o “conservantismo” político, o perigo imperialista e a espoliação pelo trabalho verificada em uma dinâmica secular de matriz escravocrata.

Por outro lado, a atividade intelectual do médico e educador sergipano pode ser percebida através das tendências evidentes que marcam a história intelectual naquele momento, visto que o seu *ensaísmo de interpretação histórica*, e também os seus trabalhos sobre educação, se inserem em um horizonte mais amplo no qual se almeja a possibilidade da definição do sentido da experiência histórica brasileira, isto é, a busca por uma desejada identidade nacional para o país perpassada pelo filtro do patriotismo. Essa disposição está na ordem do dia desde os episódios que envolvem a proclamação da República, se acirrando com os “modernismos” de toda a sorte. Há uma linha interpretativa que situa Bomfim junto às dinâmicas intelectuais e sociais da Primeira República ao invés de percebê-lo através do seu “esquecimento” no século XX (que é real!). Isso pode ser entendido a partir da inclusão do seu particular projeto educacional junto aos movimentos intelectuais da época que elegem este tema como problema social. A atividade de Bomfim na educação pode ser vista desde a direção do *Pedagogium*, entre 1897 e 1919, até o esforço na produção de livros voltados para a literatura cívico-pedagógico (BOTELHO, 2002). Segundo Rebeca Gontijo, “desde a virada do século, Manoel Bomfim defendia a instrução popular como condição para o progresso humano que, por sua vez, conduziria ao progresso da sociedade” (GONTIJO, 2003, p. 135). Essa dimensão progressista atrelada ao ensino autoriza Bomfim na interdição de teses deterministas que tornam naturais o atraso nacional por meio dos vetores meio e raça. Esse registro em especial localiza Bomfim ante o conjunto de problemas intelectuais que atravessa o contexto republicano. Deve ser dito, também, que a trilogia historiográfica lançada pelo autor após década de 1920, apesar de uma recepção restrita, interage com as principais exigências e demandas colocadas à prática historiográfica no contexto aludido (TONON, 2019). Por fim, deve ser dito que Bomfim está entre aqueles intelectuais que possuem “fé na ciência”, em uma expressão corrente na Primeira República, segundo Luciana Murari (MURARI, 2007). Ele partilha, pois, de um ideal de ciência que, no limite, se performa em razão do desejo de superação do atraso nacional.

Atualmente, as pesquisas sobre a rica obra de Manoel Bomfim se orientam através de temáticas e de problemas os mais diversos, tornando possível uma consistente *fusão de horizontes*. Assim, a partir da leitura de *A América Latina: males de origem* percebemos o agenciamento de

representações sociais, ou formações discursivas, fundamentais para o reconhecimento dos planos de historicidade que envolvem os sentidos de ser, e de não ser, latino-americano(a).

As dinâmicas do *parasitismo social* e a herança colonial

Os problemas sul-americanos são historicamente constituídos. É essa a constatação de Bomfim. Eles são decorrentes da “herança, da educação social e política, das próprias condições da nossa formação: a opressão parasitária que logo dividiu as populações coloniais contra elas mesmas, e as conduziu a esta quase incapacidade de progredir” (BOMFIM, 1905, p. 388). Resultado mais imediato: a condição de ignorância sobrepujando o desenvolvimento nacional. Esses países herdaram uma dinâmica social marcada pelo colonialismo que toma de assalto o continente através de “aventureiros violentos” presentes, aqui, transitoriamente. Não há projeto colonial, mas a manifestação da “cobiça” em busca das riquezas, sendo que não raro são verificados confrontos armados. O enriquecimento insaciável é o *leitmotiv* desse movimento dirigido ao mundo colonial. Onde encontram-se formas sociais constituídas tudo é destruído em nome do “saque” (PINTO, 2012). Se escraviza o indígena não poupando “cruzas para arrancar ao trabalho desses infelizes a riqueza desejada” (BOMFIM, 1905, p. 390). Lembrando que os cativos não se rendem: “impelidos por uma incoercível necessidade de liberdade, indiferente à dor e à morte, o aborígene repeliu a civilização do cativo; uma luta tremenda se acendeu, luta de séculos, que incompatibilizou desde o primeiro dia os naturais com os adventícios” (BOMFIM, 1905, p. 390-391).

Manoel Bomfim assinala que os portugueses não possuem a pretensão de incentivar a formação de uma pátria livre e soberana na América. O interesse pelo Brasil não é outro senão o de “endinheirar-se”. Nesse sentido, o índio ao negar o trabalho forçado é exterminado e substituído pelo negro africano. Sob o regime parasitário não há condições de possibilidade para a emergência do progresso, condenado à inutilidade, e da inteligência, perseguida por ser perigosa. Esses elementos evidenciam que no perímetro colonial só os cativos imprimem força de trabalho aos negócios ibéricos. A produção econômica depende apenas do poder de dominação advindo da escravidão. Observa-se, assim, uma cadeia de dominação alimentada pelo parasitismo social: o colono domina o cativo, o fisco o colono, o absolutismo o arcaísmo, a religião a todos. Essa cadeia parasitária tem como destino manifesto a miséria, a alienação e o rebaixamento moral.

O dispositivo de poder do parasitismo leva as nações ibéricas a executarem um “contra-projeto” de sociedade, isto é, Portugal e Espanha promovem o “conservantismo” como *modus operandi* de vida no mundo colonial americano. O que se deseja manter e reproduzir é o esquema parasitário distante das inovações tecnológicas e do progresso material e social, bem como se almeja perpetrar o abuso de poder como norma social. Flora Süssekind e Roberto Ventura (1981) elaboram uma boa metáfora para explicar esse registro social do parasitismo: “teoria biológica da mais valia”. Não se alimenta nenhum direito e nenhuma liberdade, dado que esses enquadramentos sociais representam ataques aos privilégios dos exploradores. “Para manter e assegurar definitivamente esse domínio implacável, fechou-se a América ao mundo e à civilização; proibiu-se a indústria; o único trabalho lícito era o trabalho animal do escravo” (BOMFIM, 1905, p. 393).

Dos resultados desse modo de exploração ignóbil emergem sociedades *sui generis*, sendo a existência delas dependentes do permanente conflito de interesses ante os agentes metropolitanos. “Desorganizadas”, “perturbadas” e “embaraçadas” essas sociedades se insubordinam patrioticamente cedo contra a opressão. O ódio nutrido por tais comunidades está na mesma medida da represália e do desprezo ostensivo dos donos do poder. De um lado se deseja instituir uma pátria, enquanto que do outro se almeja a manutenção do poder. “Revoltam-se porque são vigorosos, revoltam-se porque o açoite é cortante” (BOMFIM, 1905, p. 393). As revoltas no Brasil colonial atingem o plano da reação. “Não são pátrias que nascem e se desenvolvem; são acampamentos, onde o vencido, o rebelde, renasce irreduzível em cada geração” (BOMFIM, 1905, p. 393). No recôndito dos colonos cresce o sentimento de ódio e de horror diante da exploração e da autoridade abusiva do Estado, síntese do mal. Assim, a Metrópole impede, havendo certa resistência desorganizada, a emergência de agrupamentos sociais com ideais patrióticos. A sua ambição é a perpetuação da dinâmica do parasitismo social e a consequente alienação social.

Qual a herança da colonização nas Américas? Vemos que Bomfim é um crítico radical do iberismo, pois percebe que a massa populacional sul-americana, educada e nutrida por uma cultura extensiva de servidão e de ignorância, não possui desejos, não responde à estímulos, não demanda necessidades definidas; vivendo em estado de automatismo e fora de qualquer raio de alcance da civilização. Essas populações não apresentam, além disso, auto-orientação para o trabalho. Estão distantes, de qualquer maneira, das inspirações moderno-progressistas-civilizadas, e são facilmente arregimentadas como massa de manobra pela caudilhagem. Nesse ponto, pode-se evidenciar a ideia

de *hereditariedade social*, isto é, a “transmissão, ao longo das gerações, das características psicológicas próprias a um grupo social, de traços de caráter compartilhados (...)” (PORTUGAL; JACÓ-VILA; MONTEIRO, 2010, p. 328). Em termos de diagnóstico Bomfim pode ser encaminhado para o rol dos autores que desenvolvem teorias críticas pós-coloniais (RESENDE. MORAES, 2017).

Já ao longo da primeira parte de *A América Latina* é possível conferir o contraste entre a estrutura temática que ampara a obra de Bomfim face aos principais movimentos intelectuais visíveis no Brasil da passagem para o século XX. A sua interpretação da América coloca em debate novas razões para os atavismos locais. Isso pode ser percebido até mesmo pelo itinerário de leitura que acompanha o seu pensamento. As principais ideias de Taine, de Haeckel, de Buckle e de Spencer são apropriadas pelos círculos intelectuais mais representativos do país (SCHWARCZ, 2018; VENTURA, 1991). Já Bomfim, para além de toda a literatura médica por ele absorvida, é leitor de Marx, de Darwin, de Proudhon e de Bakunin (AGUIAR, 2000; SILVA, 2011). Os primeiros movimentam explicações pautadas no estatuto das “raças”, nos impactos mesológicos e nas limitações de uma herança psíquica. Vê-se que o conjunto de referências de Bomfim é outro, dado que ele elege a instrução pública e a luta contra o racismo como as suas bandeiras intelectuais. Bomfim não é um “evolucionista ingênuo”. Ele afasta dos americanos o estereótipo da barbárie inata, da inferioridade e da incapacidade do autogoverno. Caminhando em uma direção diferente, o intelectual vai a fundo junto aos males de origem da América do Sul, criticando as formas de colonização implantadas e destacando os vícios herdados no movimento de formação nacional.

Bomfim mobiliza uma linguagem que na forma ainda carrega consigo traços “organicistas” (BLANCKAERT, 2004). O pensador sergipano, a partir de uma aproximação analógica entre biologia e social, empreende uma explicação sobre as sociedades humanas, ou “organismos vivos”, a partir da ideia de parasitismo. Mas ele, mesmo sendo leitor de Darwin, não se apresenta como um evolucionista clássico. Por intermédio desse esquema teórico Bomfim destaca o regime de exploração ibérica sobre as Colônias sul-americanas. É a partir daí que o autor encontra o grande mal de origem do colonialismo ibérico, em que se herda as relações radicalmente assimétricas entre os dominantes, os parasitas, e os dominados, os parasitados. Essa teoria indica o “problema americano” como resultado da exploração em cadeia. O *modus operandi* de uma sociedade parasitada é a opressão desmedida e a crueldade das extorsões dos exploradores, distante das linhas de moralidade que circunscrevem a ação social. Os parasitas movem-se por sentimentos “egoístas” e “nefandos” em

detrimimento da criação e do fortalecimento de laços de sociabilidade duradouros, importantes para a esfera pública e para a pátria. Os jovens países independentes, vivendo esse esquema parasitário de sociedade, passam a habituar-se com iniquidades e com extorsões, longe de uma saudável moralidade pública. São herdados sentimentos de egoísmo e de perversidade que são movidos para a manutenção do *status quo* de dominação ao estilo Metrópole-Colônia. Essa disposição social reflete a forma como as ex-Colônia são *educadas*. Mas Bomfim também percebe padrões positivos advindos do passado luso-brasileiro, quais sejam, a sociabilidade afetiva, os sentimentos de hombridade e de independência nacional. “Por outro lado, o latino-americano é portador de um conservantismo afetivo, ou seja, de uma resistência a mudanças reais, mesmo aquelas que tolera e propaga sem, no entanto, concretizar” (PORTUGAL; JACÓ-VILA; MONTEIRO, 2010, p. 328).

A herança colonial pode ser apreendida, no campo político e social, através desta passagem lapidar formulada por Manoel Bomfim (1905, p. 396), em que se percebe que as novas classes dirigentes, continuadoras das tradições governamentais da Metrópole, nas Repúblicas hispânicas e no Império brasileiro, parecem incapazes de vencer o peso desse passado:

(...) e tudo que o parasitismo peninsular incrustou no caráter e na inteligência dos governantes de então, aqui se encontra nas novas classes dirigentes; qualquer que seja o indivíduo, qualquer que seja o seu ponto de partida e seu programa, o traço ibérico está lá – o conservantismo, o formalismo, a ausência de vida, o tradicionalismo, a sensatez conselheiral, um horror instintivo ao progresso, ao novo, ao desconhecido, horror bem *instintivo e inconsciente, pois é herdado*.

Bomfim argumenta que dificilmente se encontra nas ex-Colônias um líder carismático ou um projeto progressista de Estado-nação fora dessa disposição político-social-cultural. O que prevalece é a “inércia” generalizada assistida por dirigentes parasitas que abafam o patriotismo. O tipo de ação social estabelecido por esses agentes revive de maneira desmedida os elementos refratários e remanescentes do passado parasitário. As novas sociedades possuem dificuldades de experienciar o sentimento de pátria, permanecendo presas ao passado colonial prolongado através das malhas do Estado independente, contrariando todas as leis da evolução, sufocando o progresso, visto que enredada por preconceitos seculares sob o manto do chamado “conservantismo”.

Esse “passado recalcitrante” atinge os próprios corpos dos sul-americanos. As sociedades são assimiladas como esgotadas, ignaras, embrutecidas e apáticas. Assim, a população local espera

encontrar, como válvula de escape, no “plano espiritual-religioso” o caminho para o seu auto-entendimento. Uma clara autoalienação. A herança ibérica pode ser percebida nesta passagem:

(...) a putrefação passiva, ou o agitar de interesses baixos, conflitos de interesses, dominados por um utilitarismo estreito e sórdido, onde os mais astutos não sabem pensar nem querer, incapazes de um esforço contínuo, correndo de empresa a empresa, gemendo quando tem fome, grunhindo como bácoro quando estão fartos (BOMFIM, 1905, p. 397).

Esse estado de coisas não chega a impressionar a classe dirigente, que se ampara no “egoísmo”, na posse do medo e no interesse material. Não passa pelos seus horizontes de preocupação o quão frágil significa a obra social pós-colonial. Compreende-se a vida sem uma disposição que racionaliza os seus fins, como se pode ver a partir da própria imagem da população após séculos de dominação: desleixada, entorpecida, sem direção moral, sem amparo; sucumbida pela ignorância, despreparada para as virtudes cívicas. Há cansaço, descrença e desilusão.

O foco de Manoel Bomfim está na exposição dos traumas da escravidão, nos impactos da corrupção moral e nos atavismos impostos pela exploração econômica. Esses registros não enfraquecem apenas o parasitado, mas, também, o parasita. Isso porque ele passa a ser dependente do parasitado, sua fonte de sobrevivência político-social-econômica. Esse esquema é revelador da barbárie explícita nas relações entre Metrópole e Colônia, dado que se apresenta como a garantia de uma plataforma política e econômica causadora da real emergência de um universo societário escravocrata, humilhante e mortificante, com desdobramentos em forma de herança (indesejada) entre os países sul-americanos. Esse passado não passa. Nas palavras de Bomfim (1905, p. 132):

A escravidão na América do Sul foi a abjeção moral, a degradação do trabalho, o embrutecimento e o aniquilamento do trabalhador; foi também a viciação da produção, gerando males de efeitos extensíssimos, que teriam, todavia, desaparecido com o progredir normal das nacionalidades nascentes.

Essa cadeia de vícios localizados no agir político da América do Sul é resultado de um longo aprendizado de “rapinagens” e de “saques”. É nessa direção que o Estado se traveste como o inimigo espoliador das populações coloniais. Dele espera-se, no limite, o pior: o mal, o despotismo e a opressão em larga escala (SILVA, 2011, p. 86). Fora desse alcance ele nada mais aspira. Não assiste com o policiamento, com a higiene, com a proteção das parcelas oprimidas; não oferece garantias cidadãs, educação regular, obras públicas. Enfim, nada que represente uma ação assistencialista advinda dos poderes públicos. O Estado oprime a sociedade.

Instrumento de assistência particularmente alheio, o Estado, além de se mostrar ausente porta-se como rival da população, estabelecendo a dinâmica parasitária “perfeita”. Na perspectiva de Bomfim, o Estado só manifesta algum tipo de ação quando se trata da cobrança de impostos, da coação das populações e da organização das forças armadas que representam o seu poder. Longe de atender o interesse da população essa desfiguração do Estado, que age em direção da espoliação, traz consigo como consequência a corrupção da postura moral na política. Patrick Silva dos Santos ressalta esse “conservantismo estatal”, um traço psicossocial, percebido por Bomfim aproximando-o das reflexões sobre o “patrimonialismo” realizadas por Max Weber. (SANTOS, 2020)

A Independência brasileira, por exemplo, não é capaz de encerrar a ética parasitária, que se enraíza na “consciência coletiva” do país. Vê-se na passagem a seguir que as transformações políticas são de fachada, mentirosas e presentes apenas no âmbito da política burocrática. Não há transformação no âmbito de uma política entendida como agenciamento da ação solidária. No Brasil a situação é alarmante caso a política seja pensada sob tal ângulo:

Aqui, não só houve alteração essencial no regime governativo, como não foi destituído um só dos altos funcionários. Era o Estado-colônia; um dia, espantada pelas águias de Bonaparte, partiu-se de lá da metrópole a Coroa, e veio achar-se aqui, substituindo-se ao governador geral; depois retirou-se o rei, deixando aqui o príncipe como seu lugar-tenente – e o Estado sempre o mesmo, mantendo a orientação tradicional. Foi então quando o príncipe, lugar-tenente da metrópole, chefe do Estado-colônia, declarou nacionalizar-se brasileiro, e, em vez de ‘futuro rei de Portugal e do Brasil’, qual era, passou a ‘imperador do Brasil e futuro de rei de Portugal’ (BOMFIM, 1905: 196).

É a partir dessa mesma lógica explicativa que Bomfim observa a proclamação da República. Um sistema político, para o caso brasileiro, que se apresenta como uma espécie de miragem abstrata. O regime republicano é, em sua concepção política, amparado por um constitucionalismo falso e enganador. A democracia deve abranger, por seu turno, a população universalmente. No Brasil isso é impossível, pois se exclui o analfabeto. Para Manoel Bomfim essa é mais uma daquelas manobras das ditas revoluções feitas pelo alto, de cima para baixo, nada espontâneas, para a manutenção e para a perpetuação do poder nas mãos de um pequeno segmento social. Fica, pois, a questão: como se distanciar desse passado colonial em busca da verdadeira independência?

O grande mal dos países sul-americanos é a herança do parasitismo. Mas ao contrário do biológico essa modalidade parasitária não resulta em modulações irreversíveis, mesmo que legue uma pesada herança (VENTURA, 2001: 251). Os seus efeitos estão circunscritos à esfera moral, instância

passível de transformação, dado que inscrita no âmbito da ação social, registro que estabelece a ordem do mundo nutrida pelo aprendizado no sentido amplo (e formativo) do termo.

Manoel Bomfim e o patriotismo como *pêndulo* entre centro e periferia

Bomfim nutre expectativas positivas em relação ao Brasil independente. Ele o vislumbra livre, democrático, educado e integrado aos parâmetros civilizacionais modernos. Em primeiro lugar através do recurso democrático da educação para a resolução dos males de origem dos países sul-americanos; em segundo, já em sua obra de maturidade pós anos 1920, por intermédio da defesa da solução revolucionária, “quando se deu conta da natureza inalteravelmente conservadora das classes dirigentes e da falsa neutralidade do Estado, que existe para ‘obrigar os dominados a fazer a produção em proveito exclusivo dos dominantes’” (AGUIAR, 1996: 33).

O intérprete sugere dois motivos que revelam a visão estereotipada acerca do atraso dos países sul-americanos. Por um ângulo uma causa concreta: o interesse estrangeiro pelas riquezas americanas e por seus territórios ainda pouco explorados. De outro, uma causa ideológica: a atribuição de identidade junto a esses países sem o conhecimento da condição histórico-social dos mesmos. Tudo isso resulta nas mais injustas caricaturas sociais. Esse duplo vetor transforma-se em dispositivo de poder que autoriza o neocolonialismo entre esses jovens países. (SAMPAIO, 2004)

Manoel Bomfim suspende, dessa maneira, a postura de superioridade dos europeus ante os americanos. De acordo com o pensador nordestino, aquilo que é identificado como negativo entre os indígenas, os africanos e os seus descendentes é, em verdade, resultado de circunstâncias histórico-sociais bem definidas. Não é algo inato como se fosse do plano da natureza humana. Outro forte componente interpretativo do seu livro é aquele que impede o tratamento da mestiçagem através dos vieses da inferioridade e da degeneração (SCHWARCZ, 2018). Afirma-se que as relações humanas na América do Sul possuem proeminência social e não racial, prevalecendo a dialética da exploração e o abuso massivo e extensivo do poder (BECHELLI, 2002).

No prefácio de *A América Latina* verifica-se o ímpeto americanista empregado por Bomfim (1905): “Este livro deriva diretamente do amor de um brasileiro pelo Brasil, da solicitude de um americano pela América” (BOMFIM, 1905, p IX). Ele se situa como um crítico da realidade histórica dos países latino-americanos. Movido pelo sentimento de “amor pátrio” pôde interrogar, na tentativa de superar a disparidade social que atravessa a história sul-americana, as causas que levam uma região

tão favorável ao progresso a ser, ao mesmo tempo, uma das mais atrasadas e instáveis do Ocidente. Mesmo sendo nações novas elas movimentam o signo das ruínas: antes mesmo de se desenvolverem plenamente elas já trazem consigo o gérmen do inevitável decaimento (CASTRO, 2006). Por qual razão, mesmo com todo um potencial de riqueza natural e de prosperidade material, as antigas Colônias ainda são marcadas pelo atraso? A que ponto de profundidade social pode chegar a herança do parasitismo? Não há empecilho de natureza mesológica na formação americana, sendo o meio propício ao desenvolvimento societário. Também a “raça” não é um óbice ao progresso. A solução para esse problema sócio-existencial é o caminho, segundo Bomfim, para a “felicidade” desses países, entre eles o Brasil. O nosso autor luta contra a ideia de inferiorização das populações latino-americanos como algo da ordem natural, o que interfere prejudicialmente nas formas de autoconhecimento coletivo e em suas realidades de vida, “sendo essa a condição necessária para o exercício da autonomia e soberania de um povo, que poderia agir diretamente sobre os problemas sociais com vista à superação destes e, assim, [promover] a justiça e a equidade social” (ALBUQUERQUE, 2018, p. 42).

Os primeiros momentos do livro ilustram os movimentos imperialistas dos EUA, levando o nosso autor a compreender o clima histórico em que está enredado através da imagem moral de um tempo “egoísta” (BOMFIM, 1905, p. 15). Assim, Manoel Bomfim (1905, p. 18) perspectiva o temporalidade do Brasil e dos demais países sul-americanos em paralelo ao desenvolvimento dos modos de civilização ocidentais, os quais se deseja herdar em sua positividade:

Mas, em nosso caso, participando diretamente da civilização ocidental, pertencendo a ela, relacionados diretamente, intimamente a todos os outros povos cultos, e sendo ao mesmo tempo dos mais atrasados, e por conseguinte dos mais fracos, somos forçosamente infelizes. Sofremos todos os males, desvantagens e ônus, fatais às sociedades cultas, sem fruirmos quase nenhum dos benefícios com que o progresso tem suavizado a vida humana.

Ao elaborar a sua interpretação percebe-se que o médico Bomfim posiciona-se como mais um “missionário do progresso” (HERSCHMANN, 1996), elemento importante não apenas para o melhoramento material da sociedade, mas para a percepção desta como participante de uma civilização, onde os agentes históricos convivem, em tese, a partir de uma ordem moral e política considerada avançada e benfazeja. O que Bomfim questiona é a razão dos países sul-americanos não compartilharem esse ideal civilizatório, que tanto “suaviza” a vida humana. O estudioso nordestino

reflete sobre a visível internalização da condição de inferioridade presente entre os americanos diante do restante do mundo, que se torna factível, por exemplo, através do sentimento de exclusão civilizacional ou pela sua inserção numa condição subalterna. O desejo de Bomfim vai ao encontro daquilo que Christian Lynch (2013, p. 739) denomina de “cosmopolitismo periférico”:

Até o final da Primeira Grande Guerra, a intelectualidade ibero-americana vivia sob o influxo de um paradigma civilizacional liberal, cosmopolita, para o qual havia um processo unilinear de civilização que, partindo da Europa, se espalhava pela periferia. Fenômeno europeu, a civilização poderia ser difundida para a periferia pelas armas, pela economia e pela cultura.

Circula um desejo social importante com desdobramentos para o plano da condição periférica sul-americana. Bomfim reivindica a participação do subcontinente no movimento civilizador aludido, aproveitando-se positivamente da sua ambivalência. O lado negativo da ambivalência é aquele que instaura representações sociais de atraso. Ele narrativiza a história de Portugal e da Espanha para (re)colocar em evidência os nossos “males” de origem. Aqui entra em cena, mais uma vez, o parasitismo. Parece haver uma indeterminação argumentativa no livro: o parasitismo como o elemento degenerador que impede o desenvolvimento daqueles países *pari passu* com o modelo de colonização ibérico enquanto laço que os enreda à civilização. Essa disposição visando um lugar na civilização pode significar a aceitação do passado colonial marcado por todo tipo de segregação, de espoliação e de violências; fatores para a condição periférica.

Porém, Manoel Bomfim equaciona essa ambiguidade ao compreender os caminhos da experiência histórica ibérica. Ele está mais interessado em uma “segunda modernidade”, aquela do Iluminismo e do progresso da razão próprios dos séculos XVIII e que não penetra o universo sociocultural de Portugal, da Espanha e, conseqüentemente, das Colônias sul-americanas:

No correr do século XVII e do XVIII, a Ibéria, que havia dado ao mundo Cervantes, Camões, Murillo, Lope de Vega, Ribera... desaparece, involui, degenera; não se vê um só nome espanhol ou português entre os homens que fundam a cultura moderna e dominam a natureza, ou naqueles que refazem a filosofia racionalista, que iluminará as gentes na conquista da justiça e da liberdade (BOMFIM, 1905, p. 26).

Segundo o médico e educador sergipano, os países ibéricos e as suas Colônias, em virtude da degeneração advinda do regime do parasitismo social, não comungam dos ideais da “verdadeira modernidade” ocidental, aquela amparada pela ideia de progresso através do surgimento de toda uma filosofia racional ilustrada. Além disso, essa modernidade também fomenta valores morais

supostamente ligados a toda uma forma específica de lidar com a justiça social, oportunizando a superação da condição periférica da América do Sul por meio de um projeto regenerador, ilustrado e civilizador, cujo eixo de ação é a educação, capaz de levar aos cidadãos republicanos o “progresso do espírito” através da cultura da inteligência e do sentimento do amor (BOMFIM, 1905, p. 402). Para vencer a condição periférica imposta ao continente sul-americano pelo regime parasitário se faz necessário civilizar, via educação ilustrada, a sua população. O projeto educacional encampado por Manoel Bomfim é, então, de claro cariz moderno-iluminista.

A América do Sul, na condição de subcontinente periférico, articulando um subalterno modo de lidar com a realidade histórica, submetida historicamente a uma noção de civilização advinda da “primeira modernidade”, a das conquistas ultramarinas, é condenada sumariamente ao atraso. Esse estado de coisas apresenta-se perverso, visto que “esse passado horrendo e tenaz que nos persegue não fomos nós que o preparamos: somos antes vítimas” (BOMFIM, 1905, p. 398). A civilização e o progresso são, na América do Sul, mal-entendidos. Não estão ao lado do refinamento dos costumes, muito menos das melhorias materiais e morais das nações. A forma como os ibéricos partilham esses ideais está distante da operada pelo Iluminismo. A civilização na América confunde-se com derramamento de sangue e o progresso não passa de uma aspiração mal definida e parte de uma retórica funesta. Daí o sentimento de inferioridade. Desse modo, esses países se apresentam como refratários ao progresso na perspectiva das luzes, interiorizando uma identidade subalterna. Essa situação deve se transformar. O contradiscurso de Bomfim apropria-se da ilustração como um modo de regredir e alterar os efeitos do passado parasitário. “Portanto, o resultado final da civilização deve ser extirpar as dores dos conflitos entre indivíduos, conquistar o progresso social, a felicidade e a harmonia pela cooperação” (VENTURA, 2019, p. 103).

Bomfim destaca na noção de civilização a face que evidencia o gênero humano progredindo sempre e em todas as suas potencialidades. Se deseja, pela superação da herança ibérica e pela promoção positiva dos latino-americanos, a inserção da América do Sul na história universal. A condição periférica deve ser atravessada por essa perspectiva ilustrada de progresso que transcende o estatuto subalterno. Ela é capaz de civilizar um subcontinente alienado e que enfrentou um pesado processo de degeneração. As filosofias ilustradas devem iluminar a civilização nos trópicos ao invés de condenar essa região ao exílio da história universal. Na ambiência das primeiras décadas do século XX a América do Sul se situa, pois, em uma posição periférica e subalterna ante os países

considerados de vanguarda. A condição periférica é circunscrita pela ignorância, pela falta de preparo e de educação para o progresso – condicionantes históricas. Esse cenário demarca o seu atraso. Nessa situação os países sul-americanos não se apresentam nem como nações, nem como Repúblicas, nem como democracias. A democracia moderna é fruto do progresso; “e nós somos, ainda, uma preza do passado, recalcitrante em tradições e em preconceitos, que não sabemos vencer ainda. (...) O regime de democracia sem povo é absurdo, sem deixar de ser igualmente pernicioso” (BOMFIM, 1905, p. 302). Bomfim argumenta que é necessário “criar” o povo nesses países, comprometido pela exploração parasitária secular que dificulta a tomada de consciência patriótica e ativa. É necessário ser tocado socialmente pelo processo civilizador ilustrado.

No início de *A América Latina* Manoel Bomfim expõe que é a noção de civilização que faz progredir as possíveis formas de ação solidária. Progredir não significa, necessariamente, evoluir. A evolução pode apresentar-se como um óbice para o progresso, dado que “degenerar, decair, degradar-se, [denotam, igualmente,] evoluir, em suma.”, da maneira como é percebido no parasitismo (Bomfim, 1905, p. 47). Aquela civilização atrelada ao Iluminismo oferece condições de transformação junto ao horizonte social, sendo necessário registrar as suas ideias no plano local. Esse movimento é resolvido através do apelo ao *patriotismo*. Ele acomoda e adapta as ideias ditas civilizadas ao ambiente periférico. Manoel Bomfim diz, claramente, que o mote civilizador deve ir ao encontro dos interesses da população. O patriotismo retira da ideia de civilização um extrato moral apto a circular ideologicamente entre as ex-Colônias ibéricas preservando as suas identidades:

tal sentimento é nobre e digno, desde que não pretenda manter domínios. É nobre e humano, desde que, pugnando por interesses e necessidades de um povo, não busque resolvê-los em oposição aos interesses gerais da espécie, desde que, nos choques provocados pelos egoísmos em fúria, cada patriota se limite a defender seu ideal, a repelir as agressões injustas, e a rebater as explorações e privilégios; a lutar pelo progresso moral da nacionalidade, e a anular as influências contrárias a esse progresso. É esse o meio de trabalhar eficazmente pela civilização e pelo bem geral (BOMFIM, 1905, p. 18).

O patriotismo atende as necessidades das sociedades em formação. É um aprendizado moral que combate toda e qualquer ambição de domínio. Ele é aliado na superação da condição periférica. O patriotismo unitário demarca e disponibiliza um pecúlio identitário positivo para aqueles países os diferenciando dos Outros (CATROGA, 2012), sobretudo, norte-americanos e europeus. Ao performar assim ele abre as portas dos países latino-americanos à civilização.

O *ensaio* de Bomfim posiciona-se na contramão da maioria das análises em voga, reorientando os registros de poder entre os herdeiros dos países parasitários. Através do patriotismo unitário ele defende a América do Sul de leituras depreciativas baseadas em preconceitos seculares. O aprendizado patriótico, com toda a sua positividade, é uma forma de oferecer justiça a um passado de personagens e de circunstância que combatem o parasitismo colonialista. Ele propõe um olhar que situa as ex-Colônias herdeiras da lógica parasitária junto ao quadro dos países que compartilham da civilização ocidental, sem que isso aliene a sua identificação coletiva a qual se orgulha. O patriotismo é o *pêndulo* entre centro e periferia, devendo ser cultivado.

Para a superação da condição periférica, o atraso, se deve enfrentar o discurso que concebe as populações sul-americanas como bárbaras e/ou inferiores; incapazes de promover o constitucionalismo representativo, isto é, de se autogovernarem (BOMFIM, 1905; AGUIAR, 2000, RIBEIRO, 2005). O pensamento majoritário projeta nas populações sul-americanas determinantes que impedem o progresso. Bomfim redefine essa ordem do discurso positivando o olhar civilizador que se deseja herdar, de matriz iluminista, sobre a América do Sul, garantindo que os “males de origem” são derivados de condições históricas. Ele não nega o atraso local, mas este é resultado de condições absolutamente contextuais, em que se verifica uma dialética secular entre espoliadores e espoliados, configurando persistentes desigualdades sociais no sul da América. Por isso, essa região deve ser assistida pelas luzes, pois é o caminho para se posicionar no(s) tempo(s) do progresso. O patriotismo, nesse caso, possibilita a transmissão de um passado positivo, o qual os sul-americanos podem se diferenciar, pois configura-se como a antípoda da herança parasitária. O patriotismo, em Manoel Bomfim, moraliza o tempo em “bom” e “mau”, performando-se no polo positivo.

A condição periférica é derivada dos caminhos singulares tomados pela experiência da história ibero-americana, em que se observa processos de exploração nos mais diversos segmentos sociais. A explicação para o atraso desses países origina-se de motivações históricas, distantes de qualquer fator de ordem metafísica ou determinista e das representações estereotipadas circulantes. Essa situação impossibilita o progresso entre os países sul-americanos, o que resulta no apelo pela assimilação da civilização ilustrada nos trópicos através dos amortecedores do patriotismo.

Nesses países o Estado não é percebido pela população em geral como uma instância racionalizadora da ação social e garantidora da ordem pública, mas apresenta-se como um aparelho

cooptado pelas classes espoliadoras. Ele é autocrático. (BOTELHO, 2006). A soberania desses Estados sul-americanos considerados exploradores do povo, no momento em que Manoel Bomfim escreve, está na mira do domínio ideológico norte-americano, tornando-se necessário a aceleração da promoção de uma educação *lato sensu* que institua uma ética da responsabilidade pública atravessada pelos parâmetros da civilização iluminista filtrados pelo patriotismo, mudando, assim, a sua interface corrupta, o que, por conseguinte, oferece proteção a toda sorte de imperialismos.

De todo modo, a condição periférica exige, visando a transcendência da sua posição subalterna, o estabelecimento de uma identidade social perpassada pelo patriotismo, tornando possível a realização de uma ontogênese coletiva, dado que esse movimento supera as determinantes interpretativas externas às “comunidades imaginadas” sul-americanas (ANDERSON, 2008) que tendem a inferiorizá-las no intuito de uma dominação francamente ideológica. O patriotismo, além disso, adapta a civilização ao ambiente local.

Uma aventura a um mundo possível: a *utopia ilustrada* de Bomfim

Investir contra as marcas do passado ibérico é o desafio de Bomfim. A solução do autor é, em tons utópicos, a da universalização da educação para todos os sul-americanos. Por essa via eles podem se proteger de formas possíveis de alienação social, havendo, então, a oportunidade ideal para a emergência de povos verdadeiramente livres e democráticos. Para Bomfim, a educação nacional, antes de tudo, interfere na constituição das suas próprias identidades (REIS, 2006). Admite o estudioso nordestino na parte final da sua obra: “povo, consciente de sua existência, tal como exige uma democracia, não existe aqui; é preciso fazê-lo” (BOMFIM, 1905, p. 420). O conhecimento que provém da educação ilustrada e irrestrita torna os agentes históricos racionais e cientes das suas posições sociais no mundo, abrindo condições, inclusive, para a intervenção no devir histórico que os forma como sujeitos dotados de historicidade. Essa disposição utópica é uma face da “inquietação da cultura” presente na passagem para o século XX, fazendo com que aqueles sujeitos desejem um mundo para além das fronteiras estabelecidas, “a fim de orientar o seu agir em pontos de vista da significatividade” (RÜSEN, 2014, p. 328). A utopia de Bomfim possui, por exemplo, enraizamento na experiência histórica das primeiras décadas republicanas no Brasil, momento em que Jorge Nagle (1976, p. 12) acredita haver um “entusiasmo pela educação”.

O problema da educação acompanha toda a carreira de Manoel Bomfim. Ela é promotora de cidadania, na leitura de André Botelho. A instrução alimenta um mundo social possível atravessado por uma “solidariedade forte o suficiente para fazer frente ao poder do Estado autocrático herdado da colonização portuguesa” (BOTELHO, 2009, p. 128). A educação é, para o intérprete nordestino, uma via necessária para a estruturação de uma vida pública para além do formalismo burocrático, fator fundamental para a prática da democracia cidadã.

Assim, a maior parte dos sintomas restritivos da colonização são resolvidos pela educação, fomentando o patriotismo. “As nações sul-americanas não eram nações decadentes: eram nações que ainda não tinham tido a sua oportunidade histórica, eram nações às quais se havia sistematicamente negado o benefício da instrução (que faz superiores os povos – e que fez ‘superiores’ os povos que assim se consideravam)” (MARTINS, 1978: 277). A *utopia ilustrada* de Bomfim é inspirada por valores do Iluminismo. *A América Latina* é uma obra que agencia uma utopia em razão de propor novas elaborações sociais para o futuro (MIGUEL, 2007).

A superação da herança parasitária, que impacta a política, a dinâmica social e a moralidade americanas, podendo ser vista na apatia social, no tradicionalismo e no “conservantismo”, ocorre a partir do momento em que se compartilha o ideal social moderno europeu, que em última instância é perpassado pelas razão iluminista – acionando o progresso, a justiça social e a liberdade.

Foi esse estudo e essa nova compreensão da vida que faltaram aos povos ibéricos, nas épocas em que vivíamos à sombra deles; e assim nos retardamos de séculos. E, hoje, o indispensável e urgente é aplicar ao nosso meio e às nossas necessidades, a ciência que já está feita, difundir as verdades adquiridas e os bons métodos de estudo; ao mesmo tempo, nos é preciso observar, estudar e interpretar aquilo que, sendo peculiar ao nosso meio, ainda não é do domínio corrente da ciência (BOMFIM, 1905, p. 406-407).

Voltamos a frisar: no plano da temporalidade os países ibéricos e as suas ex-Colônias ainda não estão situados na verdadeira modernidade (aquela da razão iluminista). Assim, Manoel Bomfim atrela o sucesso da vida coletiva que se deseja propagar pela América do Sul ao progresso da forma como concebido pelos países da Europa ocidental pós século XVIII, especialmente a França iluminista e, em tese, civilizada. É uma apologia ao processo civilizador, ilustrado e progressista próprio daquela “segunda modernidade” a qual aludimos. A ambivalência da noção de civilização, argumenta o autor, localiza-se no meio do caminho entre o progresso e o atraso: a América Latina

está ameaçada; a civilização transborda sobre ela, e esse transbordamento será uma ameaça e um perigo, se ela, por um esforço consciente e metódico, não buscar a única salvação possível: avançar para o progresso, entrar no movimento, apresentar-se ao mundo, vigorosa, moderna, senhora de si mesma, como quem está resolvida a viver, livre entre os livres (BOMFIM, 1905, p. 387).

É nesse sentido que a educação se torna fundamental no projeto de sociedade de Manoel Bomfim, oportunizando, enfim, um futuro em aberto para aquelas sociedades de matriz ibérica. A educação, ao compatibilizar os países sul-americanos com a civilização da “segunda modernidade”, é percebida como a pedra de toque para a “felicidade social”, significando o meio seguro e eficaz para que eles sejam incorporados a esse novo universo.

Dessa forma, busquemos da ciência os seus recursos eficazes, infalíveis; e, emancipados pela crítica, iluminados pelo saber, voltemo-nos à vida, confiantes e fortes, preparando para nós mesmos o conforto, a fraternidade, os gozos elevados, morais e estéticos (BOMFIM, 1905, p. 428).

A educação ilustrada de Bomfim é um modo novo de se encarar a experiência da história latino-americana. Os sujeitos históricos tem a autopercepção de que são cúmplices dos males que lhes assolam caso se mantenham passivos ante o polo negativo do passado, cabendo a eles a efetivação de uma solução, movimentando a vida social a partir da lógica da antecipação dos fins racionalmente. Em *A América Latina* as causas dos “males de origem” relacionam-se com problemas radicalmente históricos e sociais passíveis de solução. O que está em jogo é a consciência histórica dos descaminhos da moderna sociedade brasileira. A utopia de Bomfim emerge como uma obra humana para a qual os países sul-americanos, imbuídos de valores ilustrados, caminham, sem que isso faça com que a pátria perca a sua identidade, o polo positivo da experiência da história.

Nesse horizonte de futuro a educação aparece como a reformadora radical dos costumes (FILHO, 2008). A utopia pressupõe um distanciamento do atual estado de coisas em termos morais, ideológicos e políticos. É necessário que se instaure, como anseia Bomfim, novas disposições sociais, resultando no afastamento da dimensão negativa do passado para se instaurar uma nova etapa na história. Mas esse movimento, para se efetivar, não deve abolir a face positiva do passado dos países sul-americanos: o patriotismo. O que se deseja é o distanciamento daquele passado “mal” aludido, que, no caso, é o da herança indesejada do colonialismo parasitário ibérico.

Esse mundo que se abre aos países sul-americanos é responsável, em tese, pela possibilidade do progresso da região e pela “felicidade” dos seus habitantes. A educação pode ser o operador que

estabelece essa nova configuração social. Orientar-se pela razão, visando à liberdade integral dos sujeitos, movimenta o sentido da utopia ilustrada proposta pelo intelectual sergipano. A equação é simples: a mesma razão que condena ao atraso, é a mesma que liberta para o progresso. Assim, Octávio Ianni (2001, p. 20) torna a nossa exposição mais clara:

Esta é a ideia: no seio da modernidade, juntamente com o empenho em conhecer, explicar e redimir o indivíduo e o povo, está presente ou subjacente a intenção de projetar o que pode ser o futuro, a sociedade ideal, a comunidade por excelência, a utopia; em geral com o empenho de exorcizar os males do presente, sublimando o que poderia ser desejável, realizando imaginariamente o que se revela impossível no presente.

Se a América Latina quer se salvar das consequências dos séculos de dominação ibérica ela deve se lançar em uma campanha massiva pela instrução. Esse é o “remédio” para a desatualização do *topos* do atraso nacional, bem como para a superação da miséria social. Ela dota os cidadãos de consciência quanto as suas posições no mundo da vida, fomentando, indiretamente, o patriotismo. É uma suposta obra de redenção social. A educação nacional aparece como o canal para a desestabilização das grandes leis da história que condenam a América ao retrocesso, ao atraso, à estagnação, à miséria e ao atraso. Isso empresta sentido as suas divergências em relação a Gustave Le Bon, Louis Agassiz, Joseph Arthur de Gobineau, José Ingenieros, Carlos Bunge e Lucas Avarragaray. A dignidade humana está ao lado daqueles que combatem tais argumentos, abrindo os horizontes de futuro para a América do Sul, que se torna soberana através da educação; forma aparentemente perfeita para que os agentes sociais alcancem a consciência histórica e se situem no campo do progresso ilustrado. “Façamos a campanha contra a ignorância; não há outro meio de salvar essa América” (BOMFIM, 1905, p. 400). Não se aspira apenas o progresso material, porém, o social e o moral. Isso se obtém através da educação e da cultura compartilhadas socialmente. Esses fatores são imperiosos para a transcendência da ignorância, da alienação e dos preconceitos.

A América Latina dialoga com um livro de grande repercussão no Brasil da Primeira República. Esta obra é *A educação nacional* (1890), de José Veríssimo. Assim como Bomfim faz quinze anos depois, o crítico literário coaduna, sem a necessária justaposição, o ideal de nação com uma história que inclui o povo. Há a demanda de formá-lo, tornando possível o “avançar nacional no espaço civilizacional”. Conhecê-lo é uma maneira de agir sobre ele educando-o. É a forma de “flagrá-lo em seu percurso histórico” (TURIN, 2005, p. 110). Manoel Bomfim compartilha criticamente

desse desejo a partir da sua campanha pela instrução. Mais: ele chega a dizer que quer fomentar a emergência do próprio povo brasileiro. Ademais, é através do estudo da história, da sua apreensão como processo, que se insufla o patriotismo. Aqui, os dois intelectuais estão de pleno acordo. A performance diretora de *A América Latina*, assim como é em *A educação nacional*, está ao lado da ambição do rastreamento histórico-social das condicionantes responsáveis pelo atraso das ex-Colônias ibéricas visando libertá-las através da educação. No limite, “conhecimento e ação se coadunam na missão que representa o ato da escrita da história (...)” (TURIN, 2005, p. 110).

Se espera que a República dedique e fomente esforços “sistemáticos e incessantes” junto ao campo da educação, com uma clara motivação social: formar cidadãos. “Isso significava não só instruir, enfrentando com destaque o analfabetismo, como também educar, criando o ‘sentimento nacional de amor à pátria’, objetivo da ‘educação nacional’”. Essa fórmula se constitui como uma das matrizes de pensamento difundidas, compartilhadas e apropriadas pela intelectualidade brasileira da Primeira República, incidindo sobre os projetos político-pedagógicos correntes (GOMES, 2009, p. 9), como nas atividades de Bomfim e em sua utopia da educação ilustrada.

Bomfim assume que uma sociedade não progride sem educação. Ela prepara os agentes sociais para o exercício da liberdade, do dever, da ciência e da moral. A evolução humana significa o “progresso do espírito”, sendo que a “cultura da inteligência” tudo conhece e a “cultura do sentimento” tudo ama. A ignorância fomenta o mal. Ela anula e imobiliza a “virilidade” dos adaptados, transformando-se no mais radical constrangimento social, dado que ela leva homens e mulheres a uma espécie de “estado de natureza”, situação em que o princípio esclarecido da razão perde o seu brilho. A ignorância faz dos sujeitos alienados de si mesmos, alienados quanto ao seu passado e alienados em termos de projetos de futuro. Ela é inimiga do patriotismo. A educação é o meio para se “curar” os males essenciais daqueles países. A preocupação com a educação é, também, uma inquietação quanto ao progresso da inteligência. Ela deixa, em tese, à disposição dos agentes sociais o desenvolvimento de todos os seus talentos “que num mundo de ignorantes, morrem abafados, sem inspiração, ou não compreendidos” (BOMFIM, 1905, p. 404). Como pontuou André Botelho, a educação, para o nosso autor, vai além do aprendizado escolar, reunindo diversos recursos sociais que proporcionam aos sujeitos o tipo de “formação requerido pelas transformações mais amplas por que passava a sociedade brasileira (BOTELHO, 2009, p. 123). Esse movimento

intelectual é uma apropriação do(s) iluminismo(s) disponív(eis). Este estudo não os concebe a partir de uma visão homogeneizadora, mas foca os eixos eleitos por Bomfim.

Tzvetan Todorov (2008, p. 14) aponta que “três ideias se encontram na base” do projeto iluminista, “as quais nutrem também suas inúmeras consequências: a autonomia, a finalidade humana de nossos atos e, enfim, a universalidade”. Desses argumentos colocados em evidência para circunstanciar a *episteme* iluminista, Manoel Bomfim opera inicialmente com a ideia de autonomia, ou de liberdade, que ao lado da promoção da educação tornam a sua ideia de sociedade, em tese, acessível a todos. Parte desse ideário, apropriado pela utopia de Bomfim, pode ser compreendido como a tomada de consciência acerca do valor da razão, intuindo, em todo caso, a crença no progresso e na liberdade de pensar, o que abarca o problema da finalidade das ações de homens e de mulheres. A sociedade ideal planejada pelo estudioso sergipano, civilizada, é atravessada pelas luzes. “Os promotores desse novo pensamento queriam levar luzes a todos, pois estavam convencidos de que serviriam ao bem de todos: o conhecimento é libertador, eis o postulado” (TODOROV, 2008, p. 17). A educação desejada por Bomfim sinaliza para um novo entendimento, devido as apropriações iluministas, de sujeito. Stuart Hall (2006, p. 10) explica: “o sujeito do Iluminismo estava baseado na concepção da pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, unificado, dotado das capacidades de razão, de consciência e de ação”. Os iluministas, assim como Bomfim, empreendem, através da educação, a reorganização da sociedade a partir de uma perspectiva centrada na racionalidade e na direção da garantia da liberdade, do bem-estar social e do progresso. A humanidade, orientada pela razão filosófica e pela educação, com os seus agentes livres e autônomos, pode usufruir do progresso (material e moral) e da “felicidade”.

A necessidade da instrução recai sobre a inteligência. Quando ela se apresenta esclarecida oferece aos indivíduos a possibilidade de racionalização dos seus atos. Não existe, para Bomfim, esforços fecundos fora do âmbito do saber. A instrução orienta os agentes a não esperarem o bem-estar e a prosperidade a partir dos “decretos”, muito menos das “fatalidades das leis econômicas”, mas através do seu próprio esforço e trabalho inteligente. Esse mesmo registro, perpassado pelo espírito científico, torna os agentes sociais capazes de se identificarem com o meio o qual estão inseridos (patriotismo), bem como oferece a oportunidade deles transcenderem as formas de determinismo atávico. A educação pode ser, nessa direção, uma instância esclarecedora.

Mas o olhar civilizador mobilizado por Manoel Bomfim, que atravessa a sua concepção de educação, uma apropriação claramente iluminista como percebemos, pode tornar-se, dependendo do ponto de vista, classificatório e impositivo, visto que se performa enquanto centro diretor-solar que instrui tudo a sua volta enquanto uma forma coletiva de esclarecimento logicista.

Um ignorante, fora do mundo e da civilização, é uma alma nula, pura animalidade; come e ama qual a besta primitiva; está satisfeito, porque agitar-se e labutar? Não lhe trabalha o espírito nenhuma aspiração superior, ou sequer de mero conforto. Desconhece o bem-estar, e quando a miséria é profunda sente-se infeliz, mas não sabe achar, nem a verdadeira causa, nem mesmo a expressão do sofrimento; na consciência obtusa, a dor e o mal se desenham com a fatalidade do dia e da noite (BOMFIM, 1905, p. 407).

De qualquer maneira, a função mais visível da educação é, segundo o nosso autor, a de promover a inteligência dos sujeitos históricos revelando-lhes o mundo da vida em sua integralidade. E a cada novo horizonte de expectativa aberto uma nova necessidade social que se impõe, movimentando um círculo virtuoso em que a força motriz se estabelece pelo desejo de conhecimento. Mas deve ser ressaltado que o estabelecimento de uma civilização herdeira do Iluminismo pela via da educação pode significar a sujeição do Outro, estabelecendo, então, marginalizados, que no caso de Manoel Bomfim parecem ser aqueles que não comungam da razão, mesmo que a sua intenção primeira seja, ao que parece, humanista e patriótica. É a ambivalência da civilização podendo, nesse sentido, minar o seu projeto de sociedade.

Advoga-se que a justiça social, a liberdade e a igualdade devem ser fomentadas nessa sociedade ideal desejada, dando condições para o estabelecimento do senso crítico por parte dos agentes sociais quanto aos caminhos da democracia. Ela não existe sem indivíduos. A participação ativa na arena política, o conhecimento dos direitos como cidadãos, só é possível através da difusão da instrução. Em última instância, o esclarecimento voltado para a democracia oferece o caminho para a liberdade da ação social. Essa liberdade tem a ver com a faculdade do agir, dando condições para uma consciência dos fins, podendo tornar plena a expansão da atividade utilitária. É em razão disso que não se pode conceber liberdade sem instrução, âmbito no qual o indivíduo aprende a conhecer a si mesmo, bem como o meio pelo qual reconhece os recursos que pode dispor em sua aventura cidadã. O que Bomfim anseia é uma educação social a partir da qual os indivíduos governem a si próprios e dominem os seus “maus instintos”. Atingindo esses objetivos se é verdadeiramente livre. É esse movimento que oferece as faculdades adequadas para a democracia. A

liberdade é um compromisso ético com a esfera pública, sendo assistida pelo movimento responsável da inteligência, motivo de felicidade e ponte indispensável para o progresso.

A utopia ilustrada de Manoel Bomfim quer abordar os significados da ação social em sua completude. Para isso o autor insiste na necessidade de uma ampla e irrestrita campanha em prol da educação. Vejamos o direcionamento, e o conteúdo, da sua utopia:

Já não se trata simplesmente da cultura intelectual, considerada nas suas aplicações práticas – a ciência a serviço da indústria; trata-se do papel da inteligência na constituição das sociedades atuais, e na formação dos séculos que se aproximam, noção que não devemos esquecer, por que a sociedade que pretende durar deve, não só organizar o presente, como preparar futuro; assim o quer o interesse social bem atendido (BOMFIM, 1905, p. 425).

Enfim, se ambiciona ver por todo o continente a educação incitando uma postura social democrático-libertadora, tornando, então, os sujeitos senhores de si.

Referências bibliográficas

- AGUIAR, Ronaldo Conde. Introdução. In: BOMFIM, Manoel. **Brasil Nação: realidade da soberania nacional**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.
- AGUIAR, Ronaldo Conde. **O rebelde esquecido: tempo, vida e obra de Manoel Bomfim**. Rio de Janeiro: Topbooks, 2000.
- ALBUQUERQUE, Mariana Cavalcanti. “Um modo de ser ocidental”. Reflexões sobre a identidade latino-americana a partir do pensamento de Manoel Bomfim e Octavio Paz. **Realis**, vol. 8, n. 2, pp. 33-63, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/realis/article/view/241451/0> Acesso: 12 nov. 2020.
- ALVES FILHO, Aluizio. **Manoel Bomfim: combate ao racismo, educação popular e democracia radical**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- ALVES FILHO, Aluizio. **Pensamento político no Brasil: Manoel Bomfim, um ensaísta esquecido**. Rio de Janeiro: Achiamé/Socii, 1979.
- ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas. Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- BECHELLI, Ricardo Sequeira; SILVA, Marcos. **Nacionalismos anti-racistas: Manoel Bomfim e Manuel Gonzalez Prada (Brasil e Peru na passagem para o século XX)**. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, USP, 2002. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/single.php?id=001278142> Acesso: 13 nov. 2020
- BLANCKAERT, Claude. **La nature de la société. Organicism et sciences sociales au XIXe siècle**. Paris: L'Harmattan, 2004.
- BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. H. Garnier, livreiro-editor, 1905.

- BOTELHO, André. **Aprendizado do Brasil: a nação em busca dos seus portadores sociais**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2002.
- BOTELHO, André. Manoel Bomfim e o Estado Autocrático Brasileiro: Apontamentos para uma agenda de pesquisa. **Achegas**, n.31, 2006. Disponível em: http://www.achegas.net/numero/31/col_andre_31.pdf Acesso: 15 nov. 2020.
- BOTELHO, André. Um percurso da cidadania no Brasil. In: **Um enigma chamado Brasil**. 29 intérpretes e um país. São Paulo: Companhia das letras, 2009.
- CASTRO, Maria João. **O viajante romântico e o apelo da ruína**. 2006. Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/22145> Acesso: 25 de janeiro de 2020.
- CANDIDO, Antonio. Radicalismos. **Estudos avançados**, vol. 4, n. 8, 1990. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ea/v4n8/v4n8a02.pdf> Acesso: 25 jan. 2020.
- CATROGA, Fernando. **Pátria e nação**. Paraná: Centro de Documentação e Pesquisa de História dos Domínios Portugueses da Universidade Federal do Paraná, 2011/2012. Disponível em <http://www.humanas.ufpr.br/portal/cedope/files/2011/12/P%C3%A1tria-e-Na%C3%A7%C3%A3o-Fernando-Catroga.pdf>. Acesso em 14 de março de 2020.
- ELIAS, Norbert. “O desenvolvimento do conceito de *Civilité*”. In: **O processo civilizador. Volume 1: Uma história dos costumes**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.
- FILGUEIRA, André Luiz de Souza. **A escrita descolonial de Manoel Bomfim: uma conversa com o seu pensamento social e político**. Dissertação (Mestrado em ciências sociais) – Programa de Pós-graduação sobre as Américas, Universidade de Brasília, 2012. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/10625> Acesso: 04 nov. 2020.
- GOMES, Angela de Castro. República, educação cívica e história pátria: Brasil e Portugal. XXV Simpósio Nacional de História. Anais do XXV Simpósio Nacional de História, Fortaleza, 2009.
- GONTIJO, Rebeca. Manoel Bomfim, “pensador da história” na Primeira República. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 23, n. 45, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbh/v23n45/16523.pdf> Acesso: 13 nov. 2020.
- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- HERSCHMANN, Micael. Entre a insalubridade e a ignorância: a construção do campo médico e do ideário moderno no Brasil. In: KROPF, Simone; HERSCHMANN, Micael; NUNES, Clarice (orgs.). **Missionários do progresso**. Rio de Janeiro: Diadorim, 1996.
- IANNI, Octávio. Futuros e utopias da modernidade. **Comunicação & Educação**, (22), pp. 15-25, 2001. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36992> Acesso: 01 de abr. 2020.
- LYNCH, Christian Edward Cyril. “Por que pensamento e não teoria? A imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970)”. **Dados**, Rio de Janeiro, vol.56 no.4, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/dados/v56n4/v56n4a01.pdf> Acesso: 25 ago. 2020.
- MARTINS, Wilson. **História da inteligência brasileira**. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1978.

MIGUEL, Luís Felipe. **O nascimento da política moderna: Maquiavel, utopia, reforma.** Editora da UNB, 2007.

MURARI, Luciana. **Brasil, ficção geográfica.** Ciência e nacionalidade no país d'Os Sertões. São Paulo: Annablume, 2007.

NAGLE, Jorge. **Educação e Sociedade na Primeira República.** São Paulo: EPU/ MEC, 1976.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. Manoel Bomfim: autor esquecido ou fora do tempo? **Sociologia e Antropologia**, vol. 5, n. 3, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sant/v5n3/2236-7527-sant-05-03-0771.pdf> Acesso: 2 fev. 2020.

PORTUGAL, Francisco Teixeira; JACÓ-VILELA, Ana Maria; MONTEIRO Denise Barcellos da Rocha. Dominação, história e evolucionismo na América Latina: a perspectiva de Manoel Bomfim. **Psico**, vol. 41, n. 3, 2010. Disponível em: <http://www.cliopsyche.uerj.br/wp-content/uploads/Domina%C3%A7%C3%A3o-hist%C3%B3ria-e-evolucionismo-na-Am%C3%A9rica-Latina-A-perspectiva-de-Manoel-Bomfim.pdf> Acesso: 10 nov. 2020.

REIS, José Carlos. **As identidade do Brasil 2: de Calmon a Bomfim: a favor do Brasil: direita ou esquerda?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

RESENDE, Ana Catarina Zema; MORAES, Angelita Ferreira. O parasitismo em Manoel Bomfim e a teoria crítica pós-colonial. **Expedições**, vol. 8, n. 3, 2017. Disponível em: https://www.revista.ueg.br/index.php/revista_geth/article/view/6687 Acesso: 04 nov. 2020.

RIBEIRO, Darcy. Manoel Bomfim, antropólogo. In: BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem.** Rio de Janeiro: Toopbooks, 2005.

RÜSEN, Jörn. **Cultura faz sentido: orientações entre o ontem e o amanhã.** Petrópolis: Vozes, 2014.

SAMPAIO, Cesar Luis. **A moral do salteador: Manoel Bomfim contra o espectro do colonialismo.** Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, PUC-SP, 2004. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/13155#preview-link0> Acesso: 07 nov. 2020.

SANTOS, Patrick Silva dos. O conservadorismo essencial como característica da psiquê das elites brasileiras: uma análise conceitual em Manoel Bomfim (1868-1932). **Revista sociologias plurais**, vol. 6, n. 2, pp. 19-33, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/scplpr/search/titles?searchPage=6> Acesso: 03 nov. 2020.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e a questão racial no Brasil – 1870-1930.** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

SILVA, Josenias dos Santos. Males de origem: o pensamento social de Manoel Bomfim através da obra *A América Latina* (1905). **Contraponto** – Revista eletrônica de história, n. 1, vol. 1, pp. 76-93, 2011. Disponível em: <https://ojs.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/3710> Acesso: 19 set. 2020.

SÜSSEKIND, Flora e VENTURA, Roberto. **História e dependência: cultura e sociedade em Manoel Bomfim.** Rio de Janeiro: Moderna, 1981.

TODOROV, Tzvetan. **O espírito das luzes.** São Paulo: Barcarolla, 2008.

TONON, Marina Rodrigues. **Projetos para o Brasil: Manoel Bomfim e seus interlocutores.** Franca, 2019. 165p. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2019. Disponível em: <https://www.franca.unesp.br/Home/ensino/pos-graduacao/historia/tese---marina-rodrigues-tonon.pdf> Acesso: 03 nov. 2020.

TURIN, Rodrigo. **Narrar o passado, projetar o futuro.** Sílvia Romero e a experiência historiográfica oitocentista. Tese (Doutorado em História) – Programa de Pós-graduação em História: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/10266> Acesso: 23 set. 2020.

VENTURA, Roberto. Manuel Bomfim: A América Latina: males de Origem. In: MOTA, Lourenço Dantas. (org.). **Introdução ao Brasil: um banquete no trópico.** São Paulo: SENAC, 2001.

VENTURA, Roberto. **Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil. 1870-1914.** SP: Companhia das Letras, 1991.

VENTURA, Stéfany Sidô. A hereditariedade para Manoel Bomfim. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n. 49, 2019. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/rihgse/article/view/11922> Acesso: 12 nov. 2020.